

FH¹⁰ cancela viagem a Israel

■ Presidente também não vai à Palestina para acompanhar de perto votações no Congresso

Brasília – Josemar Gonçalves

FABIANO LANA*

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso cancelou a viagem que faria no fim do mês a Israel e à Palestina por motivos internos. A afirmação é do porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, que rejeitou a hipótese de que crise política de Israel tenha determinado a decisão. O presidente Fernando Henrique visitaria os dois países dos dias 26 a 28. “O presidente enviou hoje (ontem) uma mensagem ao presidente do Estado de Israel e à Autoridade Palestina, solicitando um adiamento e explicou que a razão decorre da convocação extraordinária do Congresso”, disse Amaral.

Fernando Henrique, segundo o embaixador, não decidiu se manterá a viagem à Suíça marcada para 29 de janeiro. A embaixada de Israel, segundo o adido Guilad Cohen, soube da decisão da Presidência pela imprensa. O adiamento da viagem foi anunciado, no fim da manhã, pelo presidente da Câmara, Michel Temer, que esteve no Palácio do Planalto. Uma comissão de deputados iria acompanhar Fernando Henrique a Israel. “O que fica mal é o presidente viajar e levar uma delegação de parlamentares, pois isso enseja críticas. É muito importante a presença de Fernando Henrique no país durante a convocação”, disse Temer.

Fim do ano – Segundo assessores, na tarde de ontem o presidente entrou em contato com diplomatas do Itamarati, com o representante da Autoridade Palestina no Brasil, Imbrain Al Zeben, e com o embaixador de Israel, Yaakov Kaeinan, para justificar o adiamento da visita, que poderá ser transferida para o fim do ano. “Queremos que o presidente visite Israel no futuro”, afirmou Cohen. O adido não quis informar se a decisão causou constrangimento na embaixada. “ Perguntem ao Itamarati”, respondeu. Alguns diplomatas israelenses em Brasília comentavam, no entanto, que foi a crise em Israel que determinou o cancelamento da viagem.

Em nota oficial, o Itamarati justificou o cancelamento da viagem como uma atenção de Fernando Henrique aos presidentes das duas casas do Congresso, que contam com sua participação nas articulações para a aprovação das medidas que serão votadas na convocação extraordinária. O presidente, entretanto, viajou dezembro passado para a Inglaterra enquanto o Congresso votava as medidas do pacote fiscal. “A diferença é que antes de viajar o presidente já tinha acertado com as lideranças de todos os partidos da base do governo as questões básicas do pacote. Portanto, ele viajou deixando tudo resolvido”, disse Sérgio Amaral.

Após a renúncia do ministro das Relações Exteriores David Levid, domingo, a estabilidade do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ficou abalada.

*Colaborou Eugênia Lopes



FH teria atendido aos apelos da base governista, para ficar no Brasil durante a convocação extraordinária

Convocação de Bresser é mantida

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA – Em parecer de apenas nove páginas, o senador Romero Jucá Filho (PFL-RR) recomendou ontem, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), a aprovação na íntegra da reforma administrativa aprovada pela Câmara. O parecer será votado no próximo dia 15, um dia após o depoimento do ministro da Administração, Luís Carlos Bresser Pereira, na CCJ.

O desejo de tornar a tramitação da reforma administrativa no Senado a

mais sumária possível levou o comando governista na casa a tentar derrubar até a convocação de Bresser, aprovada por unanimidade desde o mês passado.

Depois de longa discussão entre governo e oposição, foi decidido (por 12 votos a 6) que a convocação será mantida, mas o relator terá o direito de apresentar seu parecer sem ouvir o ministro. “Eu não preciso ouvir o Bresser. A decisão de apresentar o parecer no primeiro dia de trabalho da comissão foi política e sinaliza que o Senado quer e vai votar a reforma adminis-

trativa”, disse Jucá, que é vice-líder do governo.

Além de Bresser, foram convidados a depor o ex-prefeito petista de Porto Alegre, Tarso Genro; o professor da PUC de São Paulo Celso Antônio Bandeira de Mello; e o procurador do Banco Central Erasto Villa Verde Filho. Os depoimentos servirão para a oposição elaborar votos em separado ao relatório de Jucá, mesmo sem chance de derrotar o governo na CCJ. “Vou continuar exercendo o meu direito de esperar”, brincou o líder da oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE).